

# TRABALHO COLABORATIVO E MOVIMENTOS FORMATIVOS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA EM TEMPOS DE PANDEMIA EM CARIACICA/ES

Patrícia Andrade Reis Mendonça, Seme/Cariacica/ES<sup>1</sup>

Flaviane Lopes Siqueira Salles, Seme/Cariacica/ES<sup>2</sup>

Jolimar Cosmo, Seme/Cariacica/ES<sup>3</sup>

Ione Aparecida Duarte Santos Dias, Seme/Cariacica/ES<sup>4</sup>

Eixo Temático 5: Formação de Professores.

**Resumo:** Pensar em uma educação inclusiva e de qualidade nos remete a discutir sobre os processos de formação continuada e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem. O presente artigo tem como objetivo situar a atuação colaborativa do professor de Educação Especial do município de Cariacica/ES durante o período de pandemia da covid-19 e reafirmar o processo de formação continuada como elemento potencializador das práticas colaborativas e inclusivas no contexto escolar. Para isso, a metodologia adotada baseia-se numa abordagem de pesquisa qualitativa com aproximação à pesquisa-ação. Entendemos que a observação e análise da dinâmica das relações, sentimentos, valores e comportamentos, intenções e aspirações, pela via do diálogo crítico-reflexivo, nos possibilita conceber múltiplos sentidos e significados dos processos pedagógicos, permitindo analisar e compreender os contextos educacionais e agir sobre a realidade. Buscamos analisar a proposta de formação continuada da rede municipal de Cariacica e seus entrelaçamentos com a reflexão crítica das práticas pedagógicas colaborativas desenvolvidas pelos professores e a construção de conhecimentos necessários para efetivação de uma educação de qualidade direcionada aos estudantes público-alvo da Educação Especial, concebendo assim, uma ação conjunta de trabalho. Um aspecto relevante é que a formação continuada não consiste apenas na aquisição e acúmulo de inúmeros certificados de formação, métodos e técnicas, mas na ação reflexiva das práticas pedagógicas, aperfeiçoamento e (re) construção constante. O processo formativo que relaciona os saberes teóricos e práticos contribui para a superação do sentimento de despreparo e insegurança ao lidar com a complexa realidade educacional. Este estudo aponta a formação docente como um processo ininterrupto e necessário para consolidação do trabalho colaborativo, com vistas à inclusão.

**Palavras-chave:** Formação continuada. Professores. Trabalho Colaborativo.

---

<sup>1</sup> Especialista, e-mail: partj\_@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestre, e-mail: flsalles@hotmail.com.

<sup>3</sup> Mestre, e-mail: jolimarcosmo@hotmail.com.

<sup>4</sup> Mestre, e-mail: ioneads@hotmail.com.

Inclusão.

## **Introdução**

Em 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto da doença causada pelo novo coronavírus (covid-19) como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, a covid-19 foi caracterizada pela OMS como uma pandemia (ONU BRASIL, 2020).

Considerando as implicações da pandemia, foram adotadas medidas preventivas à propagação do vírus, como a suspensão das atividades presenciais em escolas e universidades (BRASIL, 2020). Se adequando à exigência social, o município de Cariacica também suspendeu as atividades escolares presenciais no mês de março, conforme Decreto Estadual nº 4636-R, de 19 de abril de 2020, e os Decretos do municipais nº 055, de 16 de março de 2020, e nº 062, de 21 de março de 2020.

Por meio da Portaria Municipal SEME/ Nº 037, de 13 de abril de 2020, foi inaugurado o projeto de interação online com os estudantes da rede municipal, por meio da plataforma digital *Dever em casa*. O projeto, iniciado em 14 de abril de 2020, com a publicação de atividades semanais, não obrigatórias, teve por objetivo principal contribuir na construção do conhecimento dos estudantes, colaborar com o processo de fortalecimento da aprendizagem e fortalecimento de vínculos entre a Secretaria de Educação, professores e estudantes.

Em consonância com o Parecer CNE/CP nº 05/2020, a Portaria/ SEME/ nº 039, de 08 de julho de 2020, instituiu a retomada e reorganização dos Calendários Escolares 2020. Dentre as medidas elencadas para o cumprimento da carga horária prevista de 800 horas, foram implementadas atividades pedagógicas não presenciais direcionadas ao desenvolvimento de habilidades,

competências e objetivos de aprendizagens previstos nos documentos curriculares oficiais. A possibilidade de utilização das atividades considera a diminuição dos prejuízos educacionais, como o retrocesso na aprendizagem e perda de vínculo com a escola, decorrentes da suspensão das aulas (BRASIL, 2020, p. 6,8).

De acordo com a Declaração de Salamanca, a “preparação apropriada de todos os educadores constitui-se um fator chave na promoção de progresso no sentido do estabelecimento de escolas inclusivas” (UNESCO, 1994, p. 10). Sendo assim, uma das primeiras ações desenvolvidas no início do período de pandemia foi o fortalecimento das ações formativas como possibilidade de transpor os novos delineamentos ocasionados pela reorganização das atividades educacionais e consolidar práticas colaborativas que promovem a inclusão, através da produção de conhecimento que relacionam a teoria e prática docente.

Alguns estudos (CRUZ, 2005; CRUZ; SORIANO, 2010; FILUS; JUNIOR, 2004, FALKENBACH et al., 2007; JESUS, 2006) apontam que mesmo com os avanços relacionados à inclusão, ainda se faz presente a insegurança e dificuldade por parte dos profissionais relacionada ao seu processo formativo/profissional sobre essa temática, gerando a necessidade constante de formação continuada.

Assim, corroboramos com Chicon, Peterle e Santana (2014, p. 842) no sentido de que a formação continuada contribui para instrumentalizar a prática do professor e para sua constituição, sendo fundamental para que possam acompanhar as transformações cotidianas que afetam a sociedade, a educação e a escola.

Diante desse cenário, buscamos por meio deste artigo situar a atuação colaborativa do professor de Educação Especial do município de Cariacica durante a pandemia e contextualizar os processos de organização da formação

continuada como elemento essencial para a consolidação do trabalho colaborativo na Educação Especial.

### **Metodologia**

Em se tratando de aspectos metodológicos, a pesquisa baseia-se sob o enfoque qualitativo com aproximações da pesquisa-ação. A pesquisa qualitativa, valorizando a averiguação do campo de observação, possibilita a descrição de aspectos importantes, como ações desenvolvidas na formação continuada, atitudes, entendimento diante de conceitos, bem como as relações estabelecidas entre os sujeitos, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa. Tem como pressuposto científico manipular informações recolhidas, descrevendo e analisando-as para posteriormente interpretar e discutir à luz da teoria (NEGRINE, 2010, p. 62).

Essa abordagem busca aproximar o objeto de estudo definido a uma postura de partilha entre os sujeitos. É preciso penetrar nos significados que os participantes compartilham na vivência de sua realidade e extrair do meio relacional aspectos perceptíveis a uma atenção sensível (CHIZZOTTI, 2006). Nesse aspecto, a pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, e outros. Sob esse aspecto, a análise da abordagem documental se faz necessária e consiste na observação do processo de maturação ou progresso dos sujeitos, grupos, conhecimentos, práticas individuais, sociais e pedagógicas, registradas documentalmente com vistas à análise, como nos afirma Cellard (2008, p. 295):

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente.

Com a preocupação de não ficar preso somente às questões acadêmicas, mas

“ir além” na pesquisa, quando a intenção também é a escuta, Thiollent (2011, p.16) afirma que:

Em geral, a ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados.

A pesquisa-ação pressupõe uma participação não apenas dos pesquisadores, mas também dos pesquisados em torno de uma ação: ação planejada, na forma de uma intervenção com mudanças na situação investigada (THIOLLENT, 2011). Dessa forma, essa metodologia é vista como um tipo de investigação-ação, processo que segue um ciclo em que a prática é aprimorada. Consentimos com Almeida (2013, p.188) que “[...] se quisermos uma escola inclusiva, precisamos pensar com o outro, precisamos de um processo constante de reflexão-ação-crítica”. Nesse sentido, a pesquisa-ação contribui no processo de questionamento reflexivo no que diz respeito à formação de professores e sua relação com as práticas docentes, concebendo o professor como sujeito (ALMEIDA, 2013).

Freire (1999, p. 34) apresenta uma proposta de pesquisa-ação/participante: participação na situação investigada e a necessidade de se aproximar da questão e dos sujeitos para entender o que se passa:

Para mim, a realidade concreta é algo mais que fatos ou dados tomados mais ou menos em si mesmos. Ela é todos esses fatos e todos esses dados e mais a percepção de que deles esteja tendo a população neles envolvidos. Assim a realidade concreta se dá a mim na relação dialética entre objetividade e subjetividade.

Assim, considerando que o conhecimento não se transmite, mas se se constrói numa ação conjunta e dialética (FREIRE, 1996), nosso objetivo é situar a atuação colaborativa dos professores de Educação Especial do Município de

Cariacica, por meio dos encontros de formação continuada com os professores que se constituem espaços/tempos significativos para que todos os sujeitos, como atores ativos, reflitam e dialoguem criticamente sobre a ação docente, bem como a efetivação trabalho colaborativo.

### **O direito à educação dos Sujeitos Público-Alvo da Educação Especial**

A Declaração de Direitos Humanos define a educação como direito universal e inalienável, constituindo esta o status de direito fundamental inerente à toda pessoa e condição para usufruto dos demais direitos (inciso I, art. 26). A Constituição Federal de 1988 ratifica esse princípio em seus artigos 205 e 208 (inciso VII, parágrafo 1) ao considerar a educação como direito de todos, firmada como parte dos direitos que definem o campo da cidadania. O artigo 206 define que um dos princípios para o ensino é a “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, sem excluir nenhuma pessoa, tenha ela deficiência ou não.

Sendo assim, as pessoas com deficiência têm a “garantia de um sistema educacional inclusivo em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades” (BRASIL, 2011). Vale ressaltar que a Constituição Federal prevê não só o direito à educação, mas “garantia de padrão de qualidade” (inciso IX, art. 3º), um princípio ético que exige a organização das escolas visando garantir as condições necessárias para o atendimento com qualidade dos estudantes com deficiência (BRASIL, 2001).

O reconhecimento do direito à “identidade própria de cada estudante” traduz-se no reconhecimento e respeito às diferenças e necessidade de criar, sempre que necessário, oportunidades diferenciadas no processo educativo (princípio da equidade). Um exemplo disso é o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar, que se realiza de forma singular: uma pessoa cega, por meio do Braille e o surdo com a utilização da LIBRAS e da língua

portuguesa (BRASIL, 2001, p. 11).

O reconhecimento e a valorização das diferenças e potencialidades dos educandos e a observância dos seus direitos exige que cada profissional da escola reconheça sua responsabilidade e compromisso de promover e desenvolver um ambiente com práticas inclusivas. Esse comprometimento individual é necessário e envolve um esforço coletivo de colaboração. O inciso VII, art. 8º, da Resolução CNE/CEB nº 2/2001 nos esclarece que as escolas da rede regular de ensino devem prever e prover na organização das classes comuns:

VII – sustentabilidade do processo inclusivo, mediante aprendizagem cooperativa em sala de aula, trabalho de equipe na escola e constituição de redes de apoio, com a participação da família no processo educativo, bem como de outros agentes e recursos da comunidade (BRASIL, 2001).

Ratificando esse princípio, o município de Cariacica, através de documentos orientativos, preconiza que a ação colaborativa deve estar presente em toda intervenção realizada pelo professor especializado, quer o lócus da sua atuação seja na Sala de Recursos Multifuncionais, quer na sala de aula ou espaços interinstitucionais (como em ambiente domiciliar ou hospitalar).

### **A atuação colaborativa do professor de Educação Especial do município de Cariacica durante a pandemia da covid-19**

A elaboração de atividades pedagógicas não presenciais, durante o período de suspensão das aulas presenciais, passou a exigir novas adaptações para “operacionalizar a inclusão escolar – de modo que todos os estudantes, independentemente de classe, raça, gênero, sexo, características individuais ou necessidades educacionais especiais, possam aprender juntos em uma escola de qualidade” (BRASIL, 2001, p. 11). O professor, assim como antes, tem a atribuição de focar no que a criança é capaz de fazer e não na

deficiência:

em vez de focalizar a deficiência da pessoa, enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem; em vez de procurar, no aluno, a origem de um problema, define-se pelo tipo de resposta educativa e de recursos e apoios que a escola deve proporcionar-lhe para que obtenha sucesso escolar; por fim, em vez de pressupor que o aluno deva ajustar-se a padrões de “normalidade” para aprender, aponta para a escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos (BRASIL, 2001, p. 15).

Desta forma, os professores que atuam na Educação Especial no município passaram a receber orientações quanto ao desenvolvimento das atividades pedagógicas não-presenciais. Foi destacado que o conteúdo das atividades pedagógicas seria articulado em consonância com as referências norteadoras do currículo (Currículo do Espírito Santo e Base Nacional Comum Curricular) para etapa e fase da educação básica que o estudante se encontra matriculado (BRASIL, 2020, p. 8).

Sendo assim, reforçando os princípios inclusivos, não foi elaborado um programa de estudos diferente para os estudantes público-alvo da Educação Especial, mas incentivadas e promovidas diferenciações de métodos e técnicas, recursos e organizações específicas da prática pedagógica para atender as especificidades dos estudantes, de forma a assegurar a acessibilidade ao currículo e o conhecimento, sem prejuízo do conteúdo, considerando suas particularidades e necessidades específicas.

O Atendimento Educacional Especializado realizado nas Salas de Recursos Multifuncionais do município foi suspenso, seguindo as medidas de prevenção à disseminação da covid-19, e prossegue assim até o surgimento de novas orientações. Os professores que atuavam no Atendimento Educacional Especializado desenvolvido em ambiente domiciliar, nas Salas de Recursos Multifuncionais ou em regime de colaboração nas salas de aula foram reorganizados logisticamente para estabelecerem, em articulação com os professores regentes e pedagogos, um plano de estratégias, recursos



pedagógicos e de acessibilidade para que o público-alvo da Educação Especial continuassem o processo de desenvolvimento das aprendizagens. Tal ação colaborativa, de pensar as atividades e propostas coletivamente e elaborá-las de maneira diversificada, possibilita que os estudantes atendidos alcancem o “máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem”. (BRASIL, 2015). Esse processo exige interação constante entre os profissionais envolvidos, conforme preconizado por lei.

Para Mantoan (2003, p. 28) “continuamos a discriminar os alunos que não damos conta de ensinar”. Isso nos leva a pensar que muitos professores se opõem à ideia de inclusão por não se sentirem preparados para vivenciar esse processo. Para reverter esse cenário, é fundamental fazer investimentos na formação dos professores, que precisam adquirir conhecimentos de como lidar com os mais diversos estudantes e suas mais diversas necessidades, sempre inovando.

### **O percurso da Formação Continuada no Município de Cariacica**

A formação continuada faz parte do “Plano de Trabalho Anual da Coordenação de Inclusão Educacional de Cariacica”<sup>5</sup>, com o objetivo de oportunizar o espaço/tempo para escuta e compartilhamento das problemáticas vivenciadas e, no processo do diálogo crítico-reflexivo, relacionar os conhecimentos teóricos às práticas cotidianas.

No processo de organização do Plano de Formação para 2020 foi atendida a demanda dos profissionais que solicitavam formações práticas das situações concretas vivenciadas na rede. Como metodologia de desenvolvimento da

---

<sup>5</sup> Este plano é realizado anualmente com base nas informações e demandas do ano anterior, buscando sempre a ampliação da formação continuada no município, na perspectiva da inclusão.

proposta de trabalho, foram organizados 10 polos regionais para os encontros de formação. A organização em grupos menores visava potencializar as interações comunicativas, entretanto, não foi possível presencialmente, sendo necessário a readequação online dos encontros.

Professores especializados da rede municipal de Cariacica passaram a atuar de forma colaborativa, como mediadores responsáveis pela organização e direcionamentos nos polos regionais. Antecedente ao início de cada módulo de formação são realizados encontros entre a Coordenação de Inclusão e os mediadores de polo para dialogar a respeito dos planejamentos das propostas de formação.

Visto que os processos formativos para o professor de Educação Especial instituem-se como uma das possibilidades para se desencadear e fortalecer as práticas colaborativas e inclusivas, a proposta de formação continuada dos professores de Educação Especial de Cariacica teve prosseguimento, apesar das mudanças ocasionadas pela pandemia. Para tanto:

- Foram criadas contas institucionais para que todos os professores da rede municipal pudessem acessar as salas de formação através da plataforma Google Classroom;
- As salas de formação foram divididas em grupos menores para oportunizar um acompanhamento mais individualizado através da colaboração dos mediadores de polo;
- Intensificaram-se as interações através da criação de grupos de Whatsapp;
- As reuniões de planejamento, entre a Coordenação de Inclusão e os professores mediadores de sala, e reuniões maiores de formação com os professores da rede, passaram a ocorrer através do serviço de comunicação Google Meet. Tais encontros oportunizaram a organização de lives em que os profissionais da rede municipal podem dialogar sobre

suas vivências, trocar experiências e gerar autorreflexões sobre as possibilidades de atuação na realidade concreta;

Frente aos novos delineamentos desencadeados pela pandemia tanto na ação docente, quanto nos processos formativos, acentuou-se a necessidade de desenvolver e potencializar certas habilidades, tais como: flexibilidade, capacidade de adaptação e resiliência. Segundo Tavares (2001), a resiliência seria a capacidade do indivíduo ou grupo resistirem a situações adversas, numa reequilibração contínua. Exatamente o que a atividade educacional exige de nós, professores: um vivo e contínuo processo de reequilibração. Acreditamos que a formação é um meio fértil para isso, uma vez que a prática pedagógica requer constante interação, troca de experiência, diálogo, reflexão e aprendizagens.

O plano de formação continuada de 2020 segue em curso, com previsão de término em novembro, tendo como culminância o *XV Seminário de Educação Especial/Inclusiva do município de Cariacica*, possibilitando o compartilhamento das práticas colaborativas desenvolvidas pelos professores de Educação Especial durante o ano.

### **Considerações Finais**

Considerando a docência como uma ação complexa, este estudo aponta para a formação continuada como elemento fundamental para consolidação das ações colaborativas direcionadas aos estudantes público-alvo da Educação Especial, mesmo em tempos de pandemia da covid-19.

A proposta de formação continuada tem possibilitado capturar as vozes dos profissionais nas diversas narrativas e práticas que atravessam o cotidiano da Educação Especial e propor práticas pedagógicas mediante a reflexão crítica colaborativa. Através desta análise, constatamos que muitos professores ainda se sentem despreparados e com muitas dúvidas em relação ao desempenho

de suas atribuições e que a oportunidade de desenvolver a formação durante esse momento favoreceu a ampliação do conhecimento de conceitos importantes sobre a inclusão.

A troca de experiências, por meio da apresentação de práticas pedagógicas exitosas no âmbito do trabalho colaborativo, ampliou as possibilidades de atuação junto aos estudantes público-alvo da Educação Especial.

Outro aspecto importante diz respeito a participação ativa dos professores nas propostas formativas. Muitos sinalizam como pertinentes e enriquecedores os temas abordados, as diferentes estratégias e metodologias adotadas na organização, tais como: músicas, poesias, vídeos, documentários, guias educacionais, relatos de experiências, artigos, webnários e lives formativas<sup>6</sup>.

Confirmamos a necessidade de ultrapassar a concepção de formação sobre Educação Especial restrita a professores de Educação Especial. Para construção de práticas colaborativas, é imprescindível que os conhecimentos referente ao princípio da inclusão dos estudantes público-alvo da Educação Especial sejam assimilados por todos os agentes do meio escolar, como: professores regentes, pedagogos, coordenadores e diretores. A construção de conhecimentos e envolvimento de cada profissional contribui para a garantia do direito à educação e aprendizagem de nossos estudantes.

Sendo assim, as ações crítico-reflexivas desencadeadas pelo processo de formação continuada, ainda que em tempos de pandemia, configura-se como importante ferramenta para o trabalho colaborativo direcionado aos estudantes público-alvo no município de Cariacica. Acreditamos que a ação de formação continuada que proporciona diálogo, escuta sensível e reflexão contribui para um ambiente educacional inclusivo.

---

<sup>6</sup> Como as promovidas pela Universidade Federal do Espírito Santos, por meio do grupo de pesquisa *Formação, pesquisa-ação e Gestão em Educação Especial – GRUFOPEES*, Secretaria Educacional de Educação - SEDU/ES e parcerias com outros municípios e universidades.

Finalmente, deve-se salientar que as idéias aqui arroladas não pretendem esgotar o assunto, nem mesmo caberia neste artigo detalhar profundamente as questões que subsidiam a formação docente e o trabalho colaborativo. O que se pretendeu foi subsidiar a discussão sobre formação e trabalho colaborativo na Educação Especial, ressaltando a formação continuada como um movimento cada vez mais relevante para ampliar a atuação do professor de Educação Especial no âmbito escolar.

### **Referências:**

ALMEIDA, Mariangela Lima de. Uma análise da produção acadêmica sobre os usos da pesquisa-ação em processos de inclusão escolar: entre o agir comunicativo e o agir estratégico. 2010. 233 f: Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

BRASIL. Constituição Federal. Presidência da República – Casa Civil, 1988.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 17, de 03 de julho de 2001. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/parecer17.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Brasília/DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm). Acesso em: 30 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 19 jul. 2020.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Parecer CNE/CP nº 5, de 28 de abril de 2020. Reorganização do Calendário Escolar e da possibilidade de cômputo de atividades não presenciais para fins de cumprimento da carga horária mínima anual, em razão da Pandemia da COVID-19. Brasília/DF. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 19 jul. 2020.

Organização Mundial da Saúde classifica novo coronavírus como pandemia. Organização das Nações Unidas Brasil, 11 mar. 2020. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/organizacao-mundial-da-saude-classifica-novo-corona-virus-como-pandemia/>. Acesso em 28 ago. 2020.

\_\_\_\_\_. Gabinete do Prefeito. Decreto nº 055, de 16 de março de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde, no Município de Cariacica, em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – coronavírus. Diário Oficial do Município de Cariacica, Espírito Santo, 17 mar. 2020. Edição nº 1282.

\_\_\_\_\_. Gabinete do Prefeito. Decreto nº 062 de 21 de março de 2020. Dispõe sobre as novas medidas para enfrentamento da emergência de saúde, no Município de Cariacica, em razão de surto de doença respiratória – 1.5.1.1.0 – coronavírus. Diário Oficial do Município de Cariacica, Espírito Santo, 21 mar. 2020. Edição nº 1286 - EXTRA.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. Portaria SEME/ Nº 037, de 13 de abril de 2020. Estabelece o projeto de interação online com os alunos da Rede Municipal de Educação de Cariacica, em razão da suspensão das aulas durante a pandemia gerada pelo covid-19. Diário Oficial do Município de Cariacica, Espírito Santo, 14 abr. 2019. Edição nº 1301.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Educação. Portaria/ SEME/ nº 039, de 08 de julho de 2020. Dispõe sobre a 2ª fase do projeto de interação online com os alunos da Rede Municipal de Cariacica, bem como sobre o trabalho remoto dos profissionais do magistério, em razão da suspensão das aulas durante a pandemia gerada pelo covid-19. Diário Oficial do Município de Cariacica, Espírito Santo, 09 jul. 2020. Edição nº 1357.

CHICON, J. F.; PETERLE, L. L.; SANTANA, M. A. G. de. Formação, Educação Física e inclusão: um estudo em periódicos. Revista Brasileira de Ciências do Esporte. Florianópolis, v. 36, n. 2, supl., p. S830-S845, abr./jun., 2014.

CRUZ, G. C. Formação continuada de professores de educação física em ambiente escolar inclusivo. 2005. 229 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2005.

CRUZ, G. de C.; SORIANO, J. B. Perspectivas docentes sobre formação profissional em educação física para atuação em contextos inclusivos. Revista

Pensar a Prática, Goiânia, v. 13, n. 3, p. 1-16, set./dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento.com>. Acesso em: 9 set. 2020.

Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nações Unidas Brasil, [S.D.]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/declaracao/>. Acesso em: 10 set. 2020.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Decreto nº 4636-R, de 19 de abril de 2020. Institui o mapeamento de risco para o estabelecimento de medidas qualificadas para enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do novo coronavírus (COVID-19) e dá outras providências. Diário Oficial Estadual, Espírito Santo, 19 abr. 2020.

FALKENBACH, Atos Prinz et al. A formação e a prática vivenciada dos professores de educação física diante da inclusão de crianças com necessidades educacionais especiais na escola comum. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE, 15., 2007, Recife. Anais eletrônicos. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/Movimento.com>. Acesso em: 30 ago. 2020.

FILUS, J.; MARTINS JUNIOR, J. Reflexões sobre a formação em educação física e a sua aplicação no trabalho junto às pessoas com deficiência. Revista da Educação Física/UEM, Maringá, v. 15, n. 2, p. 79-87, 2. sem. 2004. Disponível em: <http://www.def.uem.br/revista>. Acesso em: 10 set. 2020.

FREIRE, P. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. 30ª edição. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação. In: BRANDÃ, C. R. (Ed.). Pesquisa participante. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999. P. 34-41.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão Escolar. O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo: Moderna. 2003. (Col. Cotidiano escolar).

TAVARES, José. Resiliência e educação. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001. 142p.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. Ministério da Educação e Ciência da Espanha. Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Espanha, Brasília: CORDE, 1994.